

Instituições Político-Culturais e Historiografia Piauiense:

Uma relação discursiva entre saber e poder.

Iara Conceição Guerra de Miranda Moura*

iaraconceicaoufpi@gmail.com

Resumo: A proposta da pesquisa é analisar o papel das instituições político-culturais da cidade de Teresina-PI, no período de 1950 aos dias de hoje, no que diz respeito à produção, financiamento, editoração e divulgação das obras de História do Piauí. Buscar-se-á, especificamente, compreender que tipo de relação os historiadores piauienses mantêm com esses lugares sociais, quais as regras e os jogos de interesse que estão por detrás dessa ligação, as pesquisas tornadas possíveis por elas, bem como o curto período de existência dessas instituições, e a sua relevância para a fomentação cultural da nossa região, principalmente para a historiografia piauiense.

Palavras- Chaves: Historiografia Piauiense. Políticas-Públicas. Editoração.

Summary: The proposal of the research is to examine the role of political and cultural institutions in the city of Teresina-PI, in the period from 1950 to today, with regard to production, finance, publishing and dissemination of works of history of Piauí. Search will, specifically, understand what kind of relationship the piauienses historians have with these social places, which rules and games of interest that are behind this connection, the research made possible by them, and the short period of existence of these institutions, and its relevance to our region's cultural fomentação, mainly to piauiense historiography.

Keywords: Historiography Piauiense. Publics- Politicals. Publishing.

Este trabalho pretende analisar o papel das instituições político-culturais da cidade de Teresina¹ no que se refere à produção e divulgação de obras sobre a história do Piauí durante o período de 1950 aos dias atuais. Em relação à justificativa do recorte temporal escolhido, gostaríamos de ressaltar a importância que as instituições político- culturais do período em estudo representaram para a nossa historiografia, assim como o seu curto espaço de atuação na editoração de obras historiográficas, fato que nos possibilita trabalhar com essa temporalidade, haja vista que “Somente no início, pela novidade, essas instituições apresentaram algum serviço, algo em favor da cultura” (MOURA, 2003: 432).

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

¹ As instituições político-culturais abordadas pela pesquisa são: Academia Piauiense de Letras, Instituto Histórico e Geográfico Piauiense, Centro de Estudos Piauienses, Movimento de Renovação Cultural, Conselho Estadual de Cultura, Plano Editorial do Estado, Fundação Cepro, Projeto Petrônio Portella, Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Associação de Pesquisadores em Ciências Humanas e Fundação de Apoio á Cultura do Piauí.

O patrocínio e o apoio das instituições político-culturais no que se refere à produção e editoração de obras históricas encontram-se estritamente ligados ao tipo de idéia / ideologia que o historiador deve oferecer à sua geração. Para José Honório Rodrigues, a função da História é ajudar a humanidade a compreender o tempo presente, isto é, o processo econômico, político, social e cultural que rege a nossa realidade, caso contrário os cronistas e jornalistas se apossarão de seu papel social. Segundo ele:

A História não é dos mortos, mas dos vivos, como uma realidade presente, obrigatória para a consciência. [...] Esta é a situação da historiografia universal, ou ela volta de novo a olhar a floresta e não apenas as árvores, oferecendo uma interpretação generalizadora que ajude os vivos a compreender as raízes do presente, ou então ela se afastará cada vez mais do grande público e se limitará ao círculo dos profissionais. (RODRIGUES, 196: 13/14/15)

Para Certeau, o saber, de uma forma geral, já nasce associado a uma instituição, como, por exemplo, as “assembléias” de eruditos e as Academias. São elas que determinam o tipo de produção científica que deve ser realizado pelos intelectuais. Dessa forma, entender a relação da história com um lugar torna-se fundamental para conhecer nossa sociedade. “Levar a sério o seu lugar não é ainda explicar a história. Mas é a condição para que alguma coisa possa ser dita sem ser nem legendária (ou “edificante”), nem a-tópica (sem pertinência)” (CERTEAU, 1999: 77).

A instituição serve tanto para dar estabilidade social aos historiadores quanto para proporcionar credibilidade ao seu discurso, pois é ela que gere as leis da aceitação de um trabalho científico, isto é, que legitima a qualidade de uma obra perante os seus pares intelectuais. Como afirmou Michel de Certeau, “Estas imposições não são acidentais. Elas fazem parte da pesquisa. Longe de representar a inconfessável intromissão de um estranho no Santo dos santos da vida intelectual, constituem a textura dos procedimentos científicos” (CERTEAU, 1999: 73).

Nesse sentido, a produção historiográfica brasileira sempre buscou uma aproximação com as instituições político-culturais, no intuito de conseguir publicidade e divulgação de seus estudos. Para o historiador José Roberto do Amaral Lapa, o

o crescimento quantitativo da historiografia brasileira deve-se ao aumento dos estudos históricos em nível universitário, o que, conseqüentemente, levou ao aparecimento de “um público leitor certo e interessado, responsável mesmo pelo cometimento de certas editoras” (LAPA, 1976: 27), na publicação de trabalhos relacionados à área de História.

Essa relação entre políticas públicas e produção historiográfica é bastante antiga no Brasil, data da fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, época em que a História do Brasil começou a ganhar fôlego através de concursos históricos e da criação da revista do referido Instituto, que tinha como objetivo integrar as diferenças regionais no interior dos discursos de construção de uma identidade nacional, bem como incentivar a prática escriturística da intelectualidade brasileira. Assim, foi através dessa revista que historiadores regionais puderam publicar seus estudos, como aconteceu, por exemplo, com a obra de José Martins Pereira de Alencastre, *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*, publicada em 1857.

Enquanto os intelectuais ligados ao IHGB buscavam construir uma história para o Brasil, o governo da Província do Piauí, José Antônio Saraiva (1850- 1854), preocupado com a situação de isolamento da região, transferia, em 1852, a capital, situada na cidade de Oeiras, para Teresina, antiga Vila Nova do Poty, localizada a margem do rio Parnaíba. Mesmo não possuindo historiadores de formação acadêmica, a jovem capital piauiense já contava com homens de letras influentes no mundo do jornalismo, do bacharelismo e da política, os quais demonstravam, principalmente depois da implantação do regime republicano, um forte interesse em construir uma história sobre a Província do Piauí. Dentre estes podemos citar Pereira da Costa, David Caldas, Miguel Rosa, Clodoaldo Freitas, Higino Cunha, Abdias Neves e Hermínio Conde. Assim:

[...] a cidade de Saraiva compenetra-se de sua missão de capital e se põe em contato com o País. Essa situação proporciona a criação de uma elite intelectual, formada, sobretudo, de egressos da Faculdade de Direito do Recife ou da Faculdade de Medicina da Bahia, que revolucionam o meio ambiente com as idéias do tempo (BRANDÃO, 1981: 23).

Através da iniciativa do governo Anísio de Abreu (1908-1909), a sociedade letrada da região, tomou contato com a obra *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, de Francisco A. Pereira da Costa, considerada por Luís Gonçalves Mendes Ribeiro, “ponto de partida e marco fundamental do levantamento de todo o nosso passado” (CASTELO BRANCO FILHO, 1984: 70). Objetivando incentivar as pesquisas relacionadas ao estado do Piauí, assim como reunir documentos sobre os grandes feitos das antigas gerações, alguns desses intelectuais fundaram, em 1917, a Academia Piauiense de Letras e, em 1918, o Instituto Histórico Antropológico e Geográfico Piauiense. De acordo com a historiadora Teresinha Queiroz,

A história, enquanto narrativa, enquanto escritura era compreendida como elemento eficaz de alteração do curso do próprio processo histórico. Talvez, nunca antes desse período, se tenha acreditado tão firmemente no poder da história, concebendo-se que sua escrita de fato mudaria o mundo, e não era tão somente o seu conhecimento (QUEIROZ, 2006: 143).

No entanto, apesar dessa euforia inicial, a produção do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense (IHGP) foi bastante fraca, se restringido, em quase oitenta anos de existência, à publicação de apenas seis revistas. Dessa forma, a história dessa instituição pode ser dividida em três etapas: fase de ouro, que abrange os anos de 1918 a 1922; fase de decadência, que vai de 1928 a 1971, e a de ressurgimento, de 1972 a 1974, a qual pretendemos analisar.

Por outro lado, a Academia Piauiense de Letras vem publicando sua revista desde 1918, em cujas páginas estão textos literários e históricos de intelectuais piauienses, assim como as atividades mensais da instituição. Além disso, a APL ainda promove como estímulo a produção cultural do Piauí, a publicação de obras de autores locais e, em especial, de seus sócios efetivos.

Outras instituições que também tiveram um relevante papel no campo historiográfico piauiense foram o Centro de Estudos Piauienses (CEP) e o Movimento de Renovação Cultural, criados em 1951, a partir da iniciativa de Odilon Nunes, Monsenhor Chaves e Raimundo Nonato Monteiro de Santana, sendo este último responsável pela criação da revista *Econômica Piauiense* (1957). Segundo Teresinha Queiroz, “Para conhecer a história do Piauí na década de 1950, é impossível a consulta à *Econômica Piauiense* [...]. Do CEP, do Movimento de Renovação Cultural, e da *Econômica Piauiense* derivou o que de mais significativo se fez na historiografia piauiense” (QUEIROZ, 2006: 151).

Após a implantação da ditadura civil-militar brasileira (1964-1984), observamos que o Estado do Piauí passou a se preocupar, de uma forma bem mais controlada e seletiva, com a promoção da cultura piauiense. Nesse sentido, uma das primeiras medidas implementadas pelo governo Petrônio Portela Nunes (1963-1967) foi a fundação do Conselho Estadual de Cultura (CEC), em 1965, todavia as atividades relacionadas ao incentivo e à editoração de obras sobre a História do Piauí não foram muito desenvolvidas, salvo o lançamento, em 1966, das *Pesquisas para a História do Piauí* (3 volumes), de Odilon Nunes, publicados pela Companhia Editora do Piauí – COMEPI.

Renato Ortiz, na obra *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*, afirma que é indiscutivelmente através da difusão e do consumo dos bens culturais que a democracia atinge o seu aperfeiçoamento. Assim, o Estado só seria democrático se participasse de forma ativa da promoção cultural, incentivando as formas de sua produção e divulgação, por meio do mercado editorial. No entanto, foi durante a década de 1970, com a implantação do Plano Editorial do Estado (1972) e da Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais – Fundação Cepro (1974) pelo governo Alberto Silva (1971 – 1974), que a produção escriturística dos historiadores piauienses se desenvolveu de forma bastante intensa. Segundo esse governador,

Não [lhe teria passado] despercebida a necessidade de apoiar e estimular as atividades dos intelectuais piauienses, prestigiando-os, pois importante é a missão que desempenham. Resolv[eu] por isto, [...] nomear comissão para elaborar plano editorial a ser custeado pelo Estado, possibilitando, assim, a divulgação ampla de obras valiosas, de interesse do Piauí e elaboradas por autores piauienses ou não, do passado e do presente (PIAÚ, 1972: 3).

O Plano Editorial do Estado criado em janeiro de 1972, publicou através da Companhia Editora do Piauí (COMEPI) obras de imprescindível valor histórico-cultural, como por exemplo, *Pesquisas para a História do Piauí* (4vols.), de Odilon Nunes, reeditou *A Guerra do Fidié*, de Abdias Neves e *Cronologia Histórica do Estado do Piauí*, de Pereira da Costa, dentre outras.

É interessante lembrar que foi durante o governo de Alberto Silva que as atividades do Instituto Histórico e Geográfico Piauiense voltaram a funcionar, estimuladas pela passagem do sesquicentenário da Independência do Brasil, acontecimento que se tornou motivo de orgulho para os piauienses, devido a contribuição dada nas lutas pela emancipação política do país, a exemplo da Batalha do Jenipapo. Ainda nesse governo, foi realizada, sob os auspícios da Secretaria de Cultura, que era comandada na época pelo historiador Wilson Brandão, a editoração da revista *Presença*, que começou a circular pela primeira vez em maio de 1974, com a finalidade de preservar o patrimônio cultural do Piauí.

É dentro desse contexto de fomento á cultura, que o governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento, cria em 1974, a Fundação Centro de Pesquisa Econômicas e Sociais- Fundação Cepro, aglutinando estudos sobre a economia, a sociedade e a história do Piauí, que por sua vez, eram publicados nas revistas *Carta Cepro*, *Análise Conjuntural da*

Economia Piauiense, Indicadores Conjunturais da Economia Piauiense e Piauí: Visão Sumária.

Através da iniciativa dos pesquisadores Manoel Domingos e Geraldo Almeida Borges foi implantado em 1979, na Fundação Cepro, um Núcleo de História Oral que “tinha a pretensão de produzir deliberadamente documentos de história oral que permitissem recuperar aquilo que não tivesse sido encontrado em documentos de outra natureza” (NASCIMENTO; VAINFAS, 2006: 121). Dentre os estudiosos que desenvolveram na época um significativo trabalho no NHO-CEPRO, podemos destacar os historiadores Francisco Alcides do Nascimento, Dalton Melo Macambira, Paulo Gutemberg de Carvalho, João Kennedy Eugênio, Shara Jane e Merlong Solano Nogueira.

Dando prosseguimento a essas políticas públicas, foi criado, no governo de Hugo Napoleão (1984 – 1988), o Projeto Petrônio Portella, o qual seguia as mesmas linhas do Plano Editorial do Estado, ao publicar importantes pesquisas históricas, como, por exemplo, *A Balaiada no Piauí* (1985), de Maria Amélia Freitas Mendes de Oliveira, e *Piauí Colonial: população, economia e sociedade* (1985), de Luiz R. B. Mott.

Devido ao sucesso atingido por esse projeto, foi criado, nesse mesmo período, pelo prefeito Raimundo Wall Ferraz, a Fundação Cultural Monsenhor Chaves (1986), com o objetivo de “preservar, constituir e dar maior visibilidade às manifestações regionais e/ou locais” (LEAL, 2008: 86). É interessante destacar que tanto o prefeito Wall Ferraz quanto o primeiro superintendente da Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Noé Mendes de Oliveira, faziam parte do quadro docente do Departamento de Geografia e História da Universidade Federal do Piauí.

Procurando estimular a produção de artigos que versavam sobre as práticas culturais no Piauí, essa Fundação começou, em 1987, a editar a revista quadrimestral *Cadernos de Teresina*. Além disso, desenvolveu projetos que objetivavam, mediante seleção de um Conselho Editorial, publicar teses de mestrado e doutorado, como, por exemplo, *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo* (1994), de Teresinha Queiroz. Também não podemos deixar de mencionar o papel do Concurso Literário Novos Autores – Prêmio Cidade de Teresina, realizado em parceria com a Prefeitura Municipal de Teresina, no qual umas das obras publicadas foi *Múltiplas e Singulares: história e memória de estudantes universitárias em Teresina – 1930 / 1970* (2003), de Elizangela Barbosa Cardoso.

Durante esse período de fermentação cultural, a Universidade Federal do Piauí (UFPI) também assume um papel importantíssimo na divulgação da produção de intelectuais (docentes e discentes) ligados às áreas de Ciências Humanas e Letras da referida instituição, ao promover, por exemplo, a editoração, pela gráfica e editora da UFPI, da revista *Espaço-Tempo*, criada em 1991 pelo Departamento de Geografia e História, e dos textos históricos produzidos com o apoio da Associação de Pesquisadores em Ciências Humanas (APECH).

Atualmente, em termos de produção historiográfica piauiense, estamos vivendo numa época em que poucos são os intelectuais que se dedicam à tarefa árdua de publicar livros no Piauí. Centrados na figura do ex-presidente da Academia Piauiense de Letras e atual presidente da FUNDAPI, Raimundo Nonato Monteiro de Santana, esses intelectuais vêm conseguindo, através de convênios com empresas privadas, “editar obras referenciais de nossa história e lançar jovens autores no panorama das letras” (MORAES, 2003: 277). Como exemplo da atuação desses mecenas podemos citar o lançamento da obra *A História negada: em busca de novos caminhos* (2004), de Jóina Freitas Borges, da coleção Independência (2006/2007)², e dos quatro volumes das *Pesquisas para a História do Piauí* (2007), de Odilon Nunes, que estavam esgotadas.

Como podemos perceber, toda produção historiográfica encontra-se associada a um lugar social, econômico, político e cultural. Desta forma, é “impossível analisar o discurso histórico independentemente da instituição em função da qual ele se organiza silenciosamente” (CERTEAU, 1999: 71). Depois que a idéia de reconstituição da verdade histórica foi ultrapassada, o tempo da desconfiança veio à tona, isto é, a crença de que o lugar ocupado pelo historiador na sociedade influencia sobremaneira sua escrita.

Por isso, acreditamos que o estudo do papel e do lugar das instituições político - culturais na produção historiográfica piauiense não servem apenas para explicar os fundamentos da nossa história, mas, principalmente, para conhecer onde a nossa sociedade está inserida, uma sociedade onde “a modernidade é a escritura”.

²FIDIÉ, João José da Cunha. *Vária fortuna de um soldado português*. 3ed. Teresina: FUNDAPI, 2006. CHAVES, Mons.Joaquim. *O Piauí nas lutas da independência do Brasil*. 3ed. Teresina: FUNDAPI, 2006. NEVES, Abdias. *A Guerra do Fidié*. 4ed. Teresina: FUNDAPI, 2006. BRANDÃO, Wilson de Andrade. *História da independência do Piauí*. 2ed. Teresina: FUNDAPI, 2006. SANTANA, R. N. Monteiro de. e SANTOS, Cineas (orgs). *O Piauí e a Unidade Nacional*. Teresina: FUNDAPI, 2007.

Referências

- BRANDÃO, Wilson de Andrade. Historiografia Piauiense. In: ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Memória Cronológica, Histórica e Corográfica da Província do Piauí*. Teresina: COMEPI, 1981.
- CASTELO BRANCO FILHO, Moysés. *O Piauí na história militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Cia Brasileira de Artes Gráficas, 1984.
- CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LAPA, José Roberto do Amaral. *A História em Questão-Historiografia Brasileira Contemporânea*. Petrópolis: Vozes, 1976.
- LEAL, Ana Regina Rego Leal. *Cadernos de Teresina*. Teresina, ano XXII, n. 39, abril de 2008.
- MORAES, Herculano. Mecenato: governo, empresa e cultura do Piauí. In: SANTANA, Raimundo N. M. de. (org.). *Apontamentos para a História Cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.
- MOURA, Francisco Miguel de. Pequena História de um Grande Conselho. In: SANTANA, Raimundo N. M. de. (org.). *Apontamentos para a História Cultural do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2003.
- NASCIMENTO, Francisco Alcides do. História Oral- Experiências na construção de fontes orais. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do, e VAINFAS, Ronaldo. *História e Historiografia*. Recife: Bagaço, 2006.
- PIAUI, Governador 1971-1975 (Alberto Tavares Silva). Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 1º de março de 1972. Teresina, 1972.
- QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita de. Historiografia Piauiense. In: *Do Singular ao Plural*. Recife: Edições Bagaço, 2006.

